

EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.511.141 - SP (2019/0150758-1)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
EMBARGANTE : **AGROPECUARIA TERRAS NOVAS S/A**
ADVOGADOS : **ELIAS MUBARAK JUNIOR - SP120415**
: **RENATO MARTON DA SILVA - SP364300**
EMBARGADO : **JOSE NIVALDO CONTEL**
EMBARGADO : **TEREZA DE JESUS AMADEU CONTEL**
ADVOGADO : **VANIOLE DE FATIMA MORETTI FORTIN ARANTES - SP062034**

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VÍCIOS DO ART. 1.022 DO NOVO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. DECISÃO SEM OMISSÕES OU CONTRADIÇÕES E DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

DECISÃO

Trata-se de embargos de declaração opostos por AGROPECUÁRIA TERRAS NOVAS S.A., com fundamento no art. 1.022 do novo CPC, à decisão monocrática desta relatoria de fls. 315-320 (e-STJ).

Afirma a agravante haver omissão no julgado, pois não se analisou o argumento recursal demonstrando a ocorrência de violações a dispositivos legais. Frisa que a decisão embargada não apreciou a probabilidade de cumprir sua obrigação de forma menos onerosa, diante de fato imprevisível (e-STJ, fls. 322-328).

Contraminuta não apresentada (e-STJ, fl. 331).

Brevemente relatado, decido.

Não há nenhuma omissão ou mesmo contradição a ser sanada no acórdão ora embargado, portanto inexistentes os requisitos para cabimento dos presentes embargos declaratórios, nos termos do art. 1.022 do novo CPC.

A decisão desta relatoria dirimiu a controvérsia com base em fundamentação sólida, sem tais vícios, o que não se confunde com omissão ou contradição, tendo em vista que apenas resolveu a celeuma em sentido contrário ao postulado pela parte insurgente.

Ademais, o órgão julgador não está obrigado a responder a questionamentos das partes, mas apenas a declinar as razões de seu convencimento motivado, como de fato ocorre nos autos.

Estão claras, no julgado embargado, as circunstâncias que ensejaram o desprovimento do recurso especial. Demonstrou-se, de forma devidamente fundamentada, que as supostas ofensas a dispositivos legais não poderiam ser analisadas pelo STJ, porquanto o aresto estadual teria sido fundado em fato e provas, atraindo a aplicação da Súmula 7/STJ. Além disso, o *decisum* embargado firmou que nem teria ocorrido fato extraordinário ou imprevisível, mas apenas riscos inerentes à atividade empresarial.

Portanto, incabíveis os presentes embargos, pois este tipo de recurso não é o meio processual adequado para rediscutir questões suficientemente esclarecidas e decididas.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NA PROPOSTA DE AFETAÇÃO DO RECURSO ESPECIAL. ART. 1.022 DO CPC/2015. VÍCIOS NÃO CONFIGURADOS.

1. Nos termos do que dispõe o artigo 1.022 do CPC/2015, cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre a qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, bem como para corrigir erro material.

2. No caso dos autos, não há vício a ensejar esclarecimento ou a integração do que decidido no julgado.

3. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl na ProAfR no REsp 1657156/RJ, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 13/09/2017, DJe 25/09/2017)

A insurgente suscita vício inexistente, haja vista a clara fundamentação da decisão acerca dos questionamentos ora levantados. Pretende, em verdade, a reapreciação da causa, o que é vedado em embargos de declaração.

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator